



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 02 de abril de 2024

Ano XVIII

nº 2779



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2740, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Dispõe sobre a aposentadoria do(a) servidor(a) Elizeu Gonçalves Muniz.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica o(a) servidor(a) ELIZEU GONÇALVES MUNIZ, matrícula 10448, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, aposentado(a) por tempo de contribuição, conforme art. 40 da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08/2005, Lei Municipal nº 196/99 e Lei Federal nº 9.876/99 e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 31/03/2024.

Monte Carmelo/MG, 01 de abril de 2024.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2741, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Dispõe sobre a aposentadoria do(a) servidor(a) Mirian Bovi Borba.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica o(a) servidor(a) MIRIAN BOVI BORBA, matrícula 36420, ocupante do cargo de ENFERMEIRO(A), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, aposentado(a) por tempo de contribuição, conforme art. 40 da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08/2005, Lei Municipal nº 196/99 e Lei Federal nº 9.876/99 e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30/03/2024.

Monte Carmelo/MG, 01 de abril de 2024.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2742, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Autoriza a Concessão Administrativa das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas do Loteamento de Acesso Controlado denominado Residencial Recanto do Arari à Associação dos Amigos do Residencial Recanto do Arari e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo (MG), no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Federais 6.766/79, 9.785/99 e as normas municipais que abordam temas sobre parcelamento do solo urbano;

CONSIDERANDO que o loteamento Residencial Recanto do Arari foi implantado por empreendedor e aprovado pelo Município de Monte Carmelo na modalidade de loteamento aberto, nos termos do Decreto nº 658, de 05 de junho de 1990;

CONSIDERANDO o acordo judicial firmado nos autos do Processo nº 0062996-82.2011.8.13.0431;

CONSIDERANDO que o loteamento de acesso controlado é uma modalidade de loteamento cercado com muros ou cercas, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado impedimento de acesso a pedestre ou a condutores de veículos não residentes, devidamente identificados ou cadastrados, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

CONSIDERANDO que as vias de circulação e as áreas verdes internas do Residencial Recanto do Arari são públicas, não podendo haver restrição ao acesso de pessoas, mas tão somente o controle daquele, por meio de identificação;

CONSIDERANDO que a utilização das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas ao loteamento de acesso controlado, sem alteração do uso a que se destinam, mediante outorga da concessão administrativa exclusivamente à associação de moradores que assumirá por ordem e conta dos proprietários de lotes, a responsabilidade pelas despesas e custos administrativos, nos termos da Lei 1546/2019;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a Concessão Administrativa das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas do Loteamento de Acesso Controlado Residencial Recanto do Arari, convertido nos termos do Decreto 2675, de 11 de outubro de 2023, localizado na zona urbana do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 12.467 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo, à Associação dos Amigos do Residencial Recanto do Arari, inscrita no CNPJ sob o nº 07.910.265/0001-76.

Art. 2º Fica vedado à Associação alterar a destinação das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas.

Art. 3º A Associação assumirá por ordem e conta dos proprietários de lotes, a responsabilidade pelas despesas e custos administrativos, observadas as seguintes condições:

- As áreas verdes públicas internas dos loteamentos de acesso controlado são destinadas à criação de praças, bosques, áreas de lazer e similares visando fomentar o lazer e a preservação ambiental;
- As áreas verdes públicas internas terão permeabilidade mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) para implantação de equipamentos de lazer, esportivo e de recreação, com edificações destinadas a este fim;
- É vedada nas áreas verdes públicas internas a instalação de atividades com fins comerciais ou que, por algum motivo, possam contribuir para prejudicar a segurança, o sossego e o bem estar da população;
- Os projetos das áreas verdes públicas internas, inclusive suas alterações futuras, deverão ter anuência prévia da associação de moradores, aprovada em assembleia, sendo as taxas incidentes de sua responsabilidade, submetendo-se, ainda, à posterior aprovação do órgão público competente.

Art. 4º As construções, benfeitorias e demais parâmetros urbanísticos a serem implantados no loteamento de acesso controlado deverão obedecer rigorosamente às características e exigências gerais da legislação municipal.

Art. 5º A coleta e a remoção de lixo domiciliar deverão ter um local destinado específico onde houver coleta pública, ficando todas as despesas inerentes sob a responsabilidade da Associação de Moradores ou do Loteador.

Art. 6º Os custos e despesas relativas à administração do uso privativo serão rateados entre os proprietários de lotes, na proporção das áreas respectivas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 01 de abril de 2024.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 02 de abril de 2024

Ano XVIII

nº 2779

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.791, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Designa o(a) gestor(a) e a comissão de monitoramento e avaliação da parceria a ser firmada com o Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva conforme Lei Municipal de nº 2.091/2024.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.091, de 26 de março de 2024, que “Autoriza o Município de Monte Carmelo a repassar recursos financeiros ao Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva, na forma que especifica”;

CONSIDERANDO que a parceria possibilitará a transferência de recursos financeiros visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco consistente no atendimento de crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas respectivas famílias, mediante o desenvolvimento de oficinas culturais e de aprendizagem, reforço escolar, dança, artes, música e conscientização pautada na humanização;

CONSIDERANDO que o art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que a celebração e a formalização de termo de fomento dependem, dentre outras providências, da designação do gestor e da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

CONSIDERANDO que o gestor é o “agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização” (art. 2º, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014);

CONSIDERANDO que a comissão de monitoramento e avaliação é o “órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública” (art. 2º, XI, da Lei Federal nº 13.019/2014);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º, XIV, do Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023, a comissão de monitoramento e avaliação é o colegiado designado por portaria, destinado a monitorar e avaliar os resultados dos conjuntos de parcerias celebradas pelo órgão ou entidade municipal parceiro com OSC e a homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação, assegurada a participação de pelo menos 01 (um) servidor público municipal ocupante de cargo efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica a Secretária Municipal de Inclusão Social, Neivia Elisangela Rodrigues Costa, designada como gestora da parceria a ser firmada entre o Município de Monte Carmelo e o Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 01.387.626/0001-65, incumbindo-lhe o exercício dos poderes de controle e fiscalização da parceria em questão.

Art. 2º Para o monitoramento e a avaliação da parceria a que se refere o art. 1º, ficam designados os seguintes membros para comporem a comissão:

- I – Débora Muniz Quaiatto Machado;
- II – Gleice Pereira Silva;
- III – Gabriela Martins Resende.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 01 de abril de 2024.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Inexigibilidade nº. 03/2024 – Processo nº 11/2024. Objeto: Refere-se à Locação de Imóvel destinado às Instalações da UAI (Unidade de Atendimento Integrada). **Partes:** Locador - Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Locatário – Carlos Humberto Faleiros Stein. Valor unitário: R\$ 8.928,00. Valor total: R\$ 107.136,00. **Data:** 27/03/2024. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Agente de Contratações torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 11/2024 – Inexigibilidade nº 03/2024. Proponente Habilitado: Carlos Humberto Faleiros Stein. **Data:** 27/03/2024. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Agente de Contratações. **Aviso de Homologação.** A Secretária Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo - MG torna pública a Homologação do Processo nº 11/2024 – Inexigibilidade nº 03/2024, em favor do Proponente: Carlos Humberto Faleiros Stein. Valor unitário: R\$ 8.928,00. Valor total: R\$ 107.136,00. **Data:** 27/03/2024. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **Extrato de Contrato: Partes:** Locador - Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Locatário – Carlos Humberto Faleiros Stein. Valor unitário: R\$ 8.928,00. Valor total: R\$ 107.136,00. Contrato nº 26/2024. Data: 01/04/2024. Vigência: 12 meses. **Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. Monte Carmelo, 01 de abril de 2024.**

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO**

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br